

Nº 430 - JANEIRO, 26º ANO

**2024**

**BOLETIM  
INFORMATIVO**  
**PROCURADORIA-GERAL DO  
ESTADO DO PARÁ**



**ESAP@PGE.PA.GOV.BR**

**(91) 3344 - 2771**

**R. dos Tamoios, 1671 - Batista Campos, Belém/PA.**

Nº 430 – JANEIRO DE 2024, 26º ANO

## EDITORIAL

Olá!

A Escola Superior de Advocacia Pública da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (ESAP-PGE/PA) iniciou o ano com uma série de **eventos** realizados na sede deste órgão.

Nos dias 10 e 11 de janeiro foi realizado o III Ciclo de Minicursos da Procuradoria Fundiária, Ambiental, Minerária e Imobiliária (PFAM). Foram abordados os temas “Litigância climática na advocacia pública”, pelo Procurador do Estado Ary Lima Cavalcanti, “Mineração, impactos e o sistema de indenizações”, pelo Procurador do Estado Rafael Felgueiras Rolo, “O Sistema brasileiro de comércio de emissões de gases de efeito estufa: Perspectivas do Projeto de Lei”, pelo Procurador do Estado Ibraim José das Mercês Rocha. O evento foi aberto ao público em geral e realizado de forma híbrida.




III CICLO DE  
**MINICURSOS DA  
PROCURADORIA  
FUNDIÁRIA, AMBIENTAL  
E MINERÁRIA**

10 E 11 DE JANEIRO

AUDITÓRIO DA PGE

MODALIDADE: HÍBRIDA  
PÚBLICO-ALVO: PÚBLICO GERAL

SECRETARIA  
DA PGE



*Palestra* Janeiro Branco

**“Sofrimento humano: suas fontes, como se manifesta e o que fazer”**

Modalidade: híbrido  
Local: Auditório da PGE  
Data: 16/01, 09:30h  
Público-alvo: Comunidade da PGE e público em geral  
Instrutora: Léa Maria Martins Sales, psicóloga




No dia 16 de janeiro, em alusão à campanha do Janeiro Branco, ocorreu a palestra “Sofrimento humano: suas fontes, como se manifesta e o que fazer”, apresentada pela psicóloga Léa Maria Martins Sales com o objetivo de promover conscientização sobre a importância de adotar boas práticas para favorecer a saúde mental no ambiente de trabalho.

O evento marcou também o início de uma série de ações voltadas para qualidade de vida e saúde mental dos servidores da PGE/PA, organizadas pelo Grupo de Trabalho dessa área. A campanha Janeiro Branco foi instituída oficialmente no Brasil por meio da Lei nº 14.556, de 25 de abril de 2023, dedicada a promover a saúde mental no país. O mês de janeiro foi escolhido em razão de, culturalmente, representar um momento de reflexão, “quando as pessoas avaliam suas vidas, relacionamentos e objetivos. É como se

folhas ou telas em branco se estendesse à nossa frente, convidando-nos a projetar, escrever e desenhar nossos sonhos e expectativas para o novo ciclo que se inicia” (in <https://janeirobranco.com.br/campanha/>).

Integrando também as atividades voltadas para qualidade de vida e saúde mental, foram realizados mais dois eventos. No dia 19 aconteceu o workshop “Rotina e alimentação saudável: treinamento sobre planejamento da alimentação no dia a dia”, ministrado pela nutricionista Patrícia Freire. O treinamento ocorreu no refeitório da PGE/PA e tratou sobre a importância do planejamento para otimização do tempo e manutenção de uma rotina alimentar saudável.

No dia 27, servidores e procuradores participaram da primeira manhã de atividades físicas e integração, denominada “PGE em Movimento”. Foi um evento externo, realizado no Horto Municipal da cidade, no horário de 8 às 11 horas da manhã de sábado, contando com várias atividades, entre elas alongamento e dança, e um farto café de boas vindas.



**2ª OFICINA DO TESAURO**  
TESAURO DA PGE - PA: ASPECTOS DA CONSTRUÇÃO TERMINOLÓGICA

**EVENTO HÍBRIDO**

**PROFA. DRA. WENDIA OLIVEIRA DE ANDRADE**  
DOUTORA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
PROFESSORA ADJUNTA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
COORDENADORA DO PROJETO NA UFPA

AUDITÓRIO DA PGE - ABERTO AO PÚBLICO  
23 DE JANEIRO DE 2024 | 09h às 12h

No dia 23 de janeiro foi realizada a 2ª oficina do Tesouro, intitulada “Tesouro da PGE-PA: Aspectos da construção terminológica”. Sob o comando da Professora Wendia Oliveira de Andrade, o evento teve como finalidade mostrar o processo de construção de um vocabulário controlado para apresentação e recuperação eficaz das informações jurídicas no âmbito da PGE/PA. Realizado na modalidade híbrida, teve como público-alvo os procuradores e servidores da equipe de trabalho da Procuradoria e equipe de trabalho da UFPA, acadêmicos de Direito e Biblioteconomia.

No dia 25 o Procurador do Estado Dennis Verbicaro ministrou a palestra “Algoritmos de consumo: discriminação, determinismo e solução *online* de conflitos na era da inteligência artificial”, com mediação do também procurador Rafael Rolo. O evento marcou o lançamento do livro de mesmo nome de autoria do Dr. Dennis.

Nos dias 29 e 30 de janeiro foi realizado o curso “Noções de aposentadoria e pensões no Regime Próprio”, pelo Procurador do Estado de Rondônia Tiago Alencar, na modalidade presencial. O curso ficou limitado a 80 vagas para procuradores e demais servidores da área jurídica.

Finalizando a agenda de eventos do mês, no dia 31 ocorreu a palestra “Universo social e emocional da voz”, com a Professora Márcia Aliverti. O evento abordou a importância da voz no contexto da comunicação humana, assim como as técnicas para o bom uso da voz.

Em termos de **legislação federal**, destaque para a [Lei nº 14.811, de 12 de Janeiro de 2024](#), que institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevendo a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e alterando o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940



(Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

A [Lei nº 14.809, de 12 de Janeiro de 2024](#), alterou a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para estabelecer que os valores recebidos a título de auxílio financeiro temporário ou de indenização por danos sofridos em decorrência de rompimento e colapso de barragens não serão considerados renda para fins de elegibilidade a programas socioassistenciais.

Em termos de **legislação estadual**, foi sancionada a Lei nº 10.313, que proíbe a prática de trote em telefones de emergência. A legislação define trote como comunicação falsa ou enganosa que provoque movimentação desnecessária dos órgãos públicos e estabelece como sanção administrativa uma multa de até 10 mil reais. A Lei nº 10.381 proíbe o uso e comercialização de garrafas de vidro nas praias e balneários do Pará, prevendo campanhas de conscientização para informar a população da proibição, assim como autoriza o governo a realizar parcerias para prover alternativas sustentáveis.

Importante mencionar, ainda, o Decreto Estadual nº 3.640, de 10 de janeiro de 2024, que trata sobre os dias de feriados nacionais e estaduais e pontos facultativos no ano de 2024, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual.

No âmbito desta PGE/PA, destaca-se a Resolução 001-CG, de 12 janeiro de 2024, que aprovou o Regulamento do Estágio Probatório dos Procuradores do Estado do Pará.

Relevante mencionar, ainda, a Portaria nº 081/2024-PGE.G., de 25 de janeiro de 2024, que fixou as metas institucionais do ano de 2024, entre elas a comprovação de  $\geq 50h$ /ano de capacitação, até 30 de novembro, observando-se que  $\geq 10h$ /ano serão contabilizadas a partir das certificações provenientes da participação em eventos voltados à qualidade de vida no trabalho promovidos pela ESAP.



Em relação à **jurisprudência**, cabe destacar o Recurso Especial nº 2006663 - RS (2022/0169659-4), no qual o Superior Tribunal de Justiça (STJ) firmou entendimento no sentido de que nos casos de quitação antecipada, parcial ou total, dos débitos fiscais objeto de parcelamento, conforme previsão do art. 1º da Lei 11.941/2009, o momento de aplicação da redução dos juros moratórios deve ocorrer após a consolidação da dívida, sobre o próprio montante devido originalmente a esse título, não existindo amparo legal para que a exclusão de 100% da multa de mora e de ofício implique exclusão proporcional dos juros de mora, sem que a lei assim o tenha definido de modo expresso.

No Recurso Especial nº 2082781 - SP (2023/0225989-6), a Terceira Turma do STJ, por unanimidade de votos, decidiu ser indispensável a apresentação das certidões negativas de débito tributário – ou certidões positivas com efeito de negativas – para o deferimento da recuperação judicial, considerando a entrada em vigor da Lei 14.112/2020 e havendo programa de parcelamento tributário implementado.

A ESAP agradece a **doação** de várias obras do acervo pessoal do procurador Rafael Felgueiras Rolo. Agradece, ainda, pelos livros “Algoritmos de Consumo”, “Direito Ambiental: Reflexões e Perspectivas” e “Noções de regime próprio de previdência social: Uma Análise das Teses Jurídicas na

Evolução Constitucional”, doados, respectivamente, pelos procuradores Dennis Verbicaro, Ibrahim Rocha e Thiago Alencar Alves Pereira (Procurador do Estado de Rondônia).

A Escola recebeu, ainda, exemplares dos livros “Direito Público e suas transversalidades”, que contém artigos dos procuradores Anete Marques, José Henrique Mouta, Ophir Filgueiras Cavalcante e Sergio Oliva Reis, e “Legislação Penal Constitucional”, de autoria de L.F. Queiroz, assim como de novos periódicos, entre eles, podemos citar a revista [“Leitura”, da Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará](#), em sua edição de Dezembro/2022, e a revista [“Bonijuris”, edição Dezembro 2023/Janeiro 2024](#).

**Boa Leitura!**

## SUMÁRIO

<b>1 EDITORIAL</b>	<b>1</b>
<b>2 DOCTRINAS</b>	<b>7</b>
<b>2.1 CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO</b>	<b>7</b>
<b>2.2 FINANCEIRO, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO</b>	<b>7</b>
<b>2.3 DIREITO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO</b>	<b>7</b>
<b>2.4 CIVIL E PROCESSUAL CIVIL</b>	<b>8</b>
<b>2.5 TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO</b>	<b>8</b>
<b>3 JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA</b>	<b>10</b>
<b>4 EMENTÁRIOS DE LEGISLAÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>5 DESTAQUES JURÍDICOS ESAP 2023</b>	<b>14</b>
<b>6 ACERVO DIGITAL ESAP</b>	<b>15</b>
<b>7 BIBLIOTECAS DIGITAIS</b>	<b>16</b>
<b>8 CURSOS INTERNOS YOUTUBE</b>	<b>18</b>
<b>8 EVENTOS E CURSOS INTERNOS</b>	<b>19</b>
<b>9 EVENTOS E CURSOS EXTERNOS</b>	<b>19</b>
<b>10 SITES COM CURSOS ONLINE GRATUITOS</b>	<b>22</b>

## DOUTRINAS

### CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

#### [A FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES: DOS CARIMBOS À INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL](#)

*Rafael Carvalho Rezende Oliveira*

#### [CONCURSO PÚBLICO – CONTRATO DE RISCO COM A EMPRESA REALIZADORA](#)

*Ivan Barbosa Rigolin*

#### [OS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE IMPORTAM EM DANO AO ERÁRIO - \(Art. 10 DA LEI Nº 8.429/92, ALTERADO PELA LEI Nº 14.230/21\)](#)

*Gina Copola*

#### [TECNOAUTORISMO: COMO A TECNOLOGIA INCREMENTA E DIVERSIFICA O ESTOQUE AUTORITÁRIO NO SÉCULO XXI](#)

*Carolina Freitas Gomide de Araújo*

### FINANCEIRO, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO

#### [DA PRESCRIÇÃO NOS PROCESSOS DE CONTROLE EXTERNO À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO STF: REFLEXOS NA PRETENSÃO CONSTITUTIVA E NA PRETENSÃO EXECUTÓRIA](#)

*Thiago Pinheiro Lima*

#### [DESAFIOS DA REGULAMENTAÇÃO DAS CRIPTOMOEDAS: PERSPECTIVAS JURÍDICAS PARA UM MERCADO EM CONSTANTE EVOLUÇÃO](#)

*Carlos Roberto Brandão Junior*

#### [EQUIDADE FISCAL E CONTROLE DAS RENÚNCIAS DE RECEITAS](#)

*Élida Graziane Pinto*

#### [O FATO GERADOR DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS](#)

*Julio Homem de Siqueira, Daury Cesar Fabríz*

### DIREITO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO

#### [A APLICAÇÃO SIMULTÂNEA DO ART. 55 DA LEI Nº 9.605/ 98 E O ART. 2º DA LEI Nº 8.176/98 – CONCURSO FORMAL DE CRIMES OU CONFLITO APARENTE DE NORMAS?](#)

*Eliziane Livramento do Rosário de Paula*



## [A JUSTICIALIZAÇÃO DA NOVA AGENDA URBANA](#)

*Ana Luiza Lacerda Amaral*

## [SIMPLIFICAÇÃO E DISPENSA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL SEGUNDO O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL](#)

*Talden Farias, Mateus Stallivieri da Costa, Jaqueline de Andrade*

## [RESTRICÇÕES CONVENCIONAIS DE LOTEAMENTO E LEI MUNICIPAL DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO SUPERVENIENTE: QUAL NORMA DEVE PREVALECER?](#)

*Alexandre Levin*

### CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

## [DECLARAÇÃO DE POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS](#)

*Luis Fernando Moreira, Rodrigo Almeida Magalhães*

## [DEPÓSITO COMO REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE DA AÇÃO RESCISÓRIA: NATUREZA, APERFEIÇOAMENTO E DESTINAÇÃO](#)

*Luis Guilherme Aidar Bondioli*

## [RESPONSABILIDADE CIVIL SEM DANO À LUZ DA TEORIA DO RISCO](#)

*Felipe Calderón-Valencia, Jefferson Patrik Germinari, José Henrique de Oliveira Couto*

## [SISTEMATIZAÇÃO DOS ILÍCITOS PROCESSUAIS](#)

*Lucas Buriel de Macêdo*

### TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO

## [A BLINDAGEM JUDICIAL DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO ENTE PÚBLICO AO PAGAMENTO DE VERBAS SALARIAIS NÃO QUITADAS POR EMPRESAS CONTRATADAS E PRESTADORAS DE SERVIÇOS](#)

*Mauricio Augusto Sapata Martins*

## [ASSÉDIO MORAL NO SERVIÇO PÚBLICO](#)

*Mariah Brochado, Lucas Magno de Oliveira Porto*

## [COMENTÁRIOS À LEI Nº 14.611/23 E AO DECRETO Nº 11.795/2023, QUE A REGULAMENTOU – IGUALDADE SALARIAL E DE CRITÉRIOS REMUNERATÓRIOS ENTRE MULHERES E HOMENS](#)

*José Alberto Couto Maciel*

## O DIREITO À PREVIDÊNCIA NA CIBERSOCIEDADE: UMA DISCUSSÃO À LUZ DO DIREITO CONSTITUCIONAL

*Denise Pires Fincato, Beatriz Lourenço Mendes*

## JURISPRUDÊNCIAS SELECIONADAS



**Recurso Especial N° 2006663**

**Órgão Julgador:** Superior Tribunal de Justiça

**Relator:** Ministro Herman Benjamin

**STJ**

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que nos casos de quitação antecipada, parcial ou total, dos débitos fiscais objeto de parcelamento, conforme previsão do art. 1º da Lei 11.941/2009, o momento de aplicação da redução dos juros moratórios deve ocorrer após a consolidação da dívida, sobre o próprio montante devido originalmente a esse título, não existindo amparo legal para que a exclusão de 100% da multa de mora e de ofício implique exclusão proporcional dos juros de mora, sem que a lei assim o tenha definido de modo expreso.

“ **Recurso Extraordinário (RE) 1.373.918/BA**  
**Órgão Julgador:** Supremo Tribunal Federal  
**Relator:** Ministro André Mendonça

**STF**

Concedida medida cautelar que suspende o pagamento do IPTU pela Companhia das Docas devido à violação do precedente do STF de que empresas estatais prestadoras de serviço público possuem imunidade tributária.

“ **Recurso Especial (RE) 2082781/SP**  
**Órgão Julgador:** Superior Tribunal de Justiça  
**Relator:** Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva

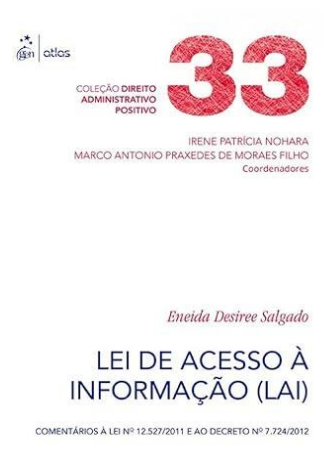
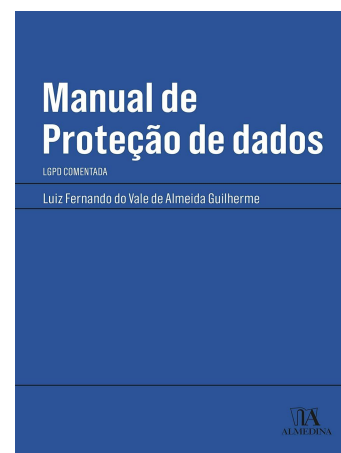
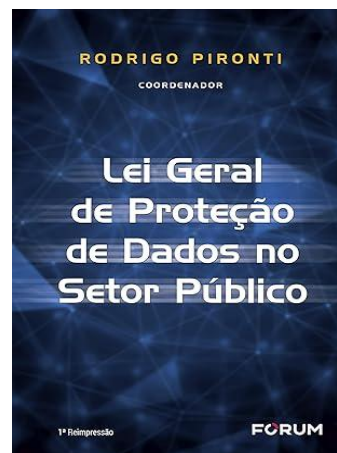
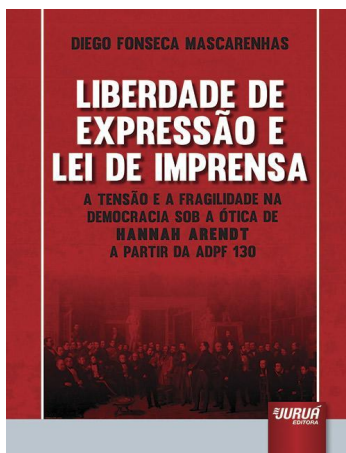
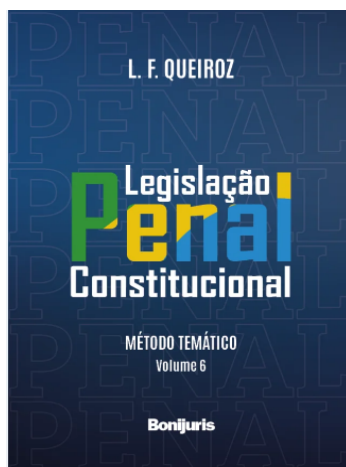
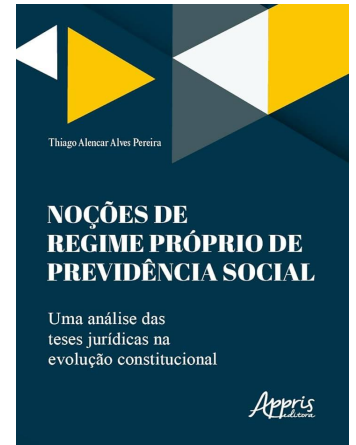
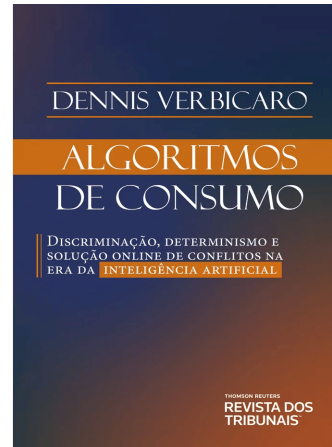
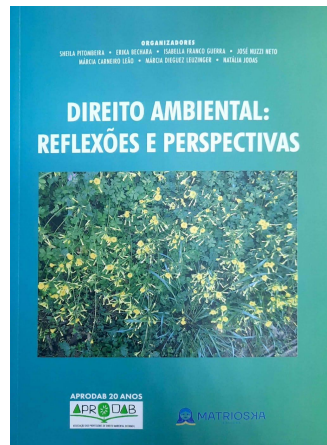
**STJ**

Os Ministros da Terceira Turma, por unanimidade, negaram provimento ao recurso especial, considerando que, com a entrada em vigor da Lei 14.112/2020, e havendo programa de parcelamento tributário implementado, tornou-se indispensável a apresentação das certidões negativas de débito tributário – ou certidões positivas com efeito de negativas – para o deferimento da recuperação judicial.

## EMENTÁRIOS DE LEGISLAÇÃO - MÊS DE JANEIRO

<b>LEGISLAÇÃO NACIONAL - JANEIRO</b>	<a href="#"><u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u></a>
<b>LEGISLAÇÃO ESTADUAL - JANEIRO</b>	<a href="#"><u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u></a>
<b>LEGISLAÇÃO PGE/PA - JANEIRO</b>	<a href="#"><u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u></a>
<b>EMENTÁRIO DE PARECERES E MANIFESTAÇÕES – JANEIRO</b>	<a href="#"><u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u></a>

## DESTAQUES JURÍDICOS ESAP - JANEIRO







## BIBLIOTECAS DIGITAIS

### PLATAFORMA FÓRUM DE CONHECIMENTO

- Periódicos; Livros Eletrônicos



### BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW

- Livros Eletrônicos



### REVISTAS DOS TRIBUNAIS ONLINE

- Periódicos; Doutrinas; Jurisprudências



## LEX EDITORA

- Periódicos; Legislações; Doutrinas



## ZÊNITE

- Periódicos; Legislações; Doutrinas.



## EVENTOS INTERNOS DISPONÍVEIS NO YOUTUBE - JANEIRO

EVENTO	MODALIDADE	DATA	LINK
<b>III CICLO DE MINICURSOS DA PROCURADORIA FUNDIÁRIA: DIA 10/01/2024</b>	HÍBRIDO	10/01/2024	<a href="#"><u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR</u></a>
<b>III CICLO DE MINICURSOS DA PROCURADORIA FUNDIÁRIA: DIA 11/01/2024</b>	HÍBRIDO	11/01/2024	<a href="#"><u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR</u></a>
<b>PALESTRA: SOFRIMENTO HUMANO: SUAS FONTES, COMO SE MANIFESTA E O QUE FAZER</b>	HÍBRIDO	16/01/2024	<a href="#"><u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR</u></a>
<b>2ª OFICINA DO TESAURO DA PGE-PA: ASPECTOS DA CONSTRUÇÃO TERMINOLÓGICA</b>	HÍBRIDO	23/01/2024	<a href="#"><u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR</u></a>
<b>ALGORITMOS DE CONSUMO: DISCRIMINAÇÃO, DETERMINISMO E SOLUÇÃO ONLINE DE CONFLITOS NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL</b>	HÍBRIDO	25/01/2024	<a href="#"><u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR</u></a>
<b>PALESTRA UNIVERSO SOCIAL E EMOCIONAL DA VOZ</b>	HÍBRIDO	31/01/2024	<a href="#"><u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR</u></a>

## EVENTOS E CURSOS INTERNOS

EVENTO	FORMATO	DATA	ORGANIZADOR
<b>MEDITAÇÃO</b>	PRESENCIAL	01 e 22 E 29/02/2024	ESAP
<b><u>OFICINA “ASPECTOS PRÁTICOS DO CONTROLE DE LEGALIDADE DA CONTRATAÇÃO PELA CONSULTORIA JURÍDICA: CAUTELAS PARA ASSEGURAR A HIGIDEZ DO CERTAME</u></b>	HÍBRIDO	23/02/2024	ESAP
<b>TREINAMENTO: FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ADVOCACIA PÚBLICA</b>	PRESENCIAL	26/02/2024	ESAP

## EVENTOS E CURSOS EXTERNOS

EVENTO	MODO	DATA	ORGANIZADOR	LINK
<b>XIII JORNADAS IBEROAMERICANAS DE FINANCIACIÓN LOCAL</b>	PRESENCIAL	15/02/2024 (2ª chamada de propostas de trabalhos) 11 e 12/092024 (evento)	UFPA/ AIFIL/ CEPAL / BID	<a href="#">ACESS E AQUI</a>

<b>4º SEMINÁRIO NACIONAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR</b>	PRESENCIAL	04 A 06/03/2024	INSTITUT O NEGÓCIO S PÚBLICO S	<a href="#">ACESS E AQUI</a>
<b>DESAFIOS PRÁTICOS PARA A APLICAÇÃO SEGURA DA LEI Nº 14.133/2021</b>	ONLINE	05 A 08/03/2024	ZÊNITE	<a href="#">ACESSE AQUI</a>
<b>LICITAÇÃO E CONTRATOS COM AS DIRETRIZES DA NOVA LEI Nº 14.133/2021</b>	ONLINE	05 A 08/03/2024	FÓRUM	<a href="#">ACESSE AQUI</a>
<b>ALTERAÇÕES E ADITIVOS AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – PARALELO ENTRE A LEI Nº 8.666/1993 E A LEI Nº 14.133/2021</b>	ONLINE	11 A 15/03/2024	ZÊNITE	<a href="#">ACESSE AQUI</a>
<b>XIII FÓRUM PERMANENTE DE PROCESSUALISTAS CIVIS</b>	PRESENCIAL	15 E 16/03/2024	IDP	<a href="#">ACESSE AQUI</a>
<b>3º ENPMA - ENCONTRO NACIONAL DE PROCURADORIAS DE MEIO AMBIENTE</b>	PRESENCIAL	13, 14, 15 E 16/03/2024	ANAPE	<a href="#">ACESSE AQUI</a>
<b>IMPLEMENTAÇÃO E APLICAÇÃO PRÁTICA DA LEI Nº 14.133/2021: ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL, IMPACTOS DA REGULAMENTAÇÃO, SISTEMAS E PNCP</b>	ONLINE	02 A 05/04/2024	FÓRUM	<a href="#">ACESSE AQUI</a>

<b>CRENCIAMENTO NA LEI Nº 14.133/2021 E NA LEI Nº 13.303/2016 – CABIMENTO, PROCEDIMENTO E POLÊMICAS</b>	ONLINE	04 e 05/04/2024	ZÊNITE	<a href="#">ACESSE AQUI</a>
<b>A PESQUISA E A ESTIMATIVA DE PREÇOS NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A LEI Nº 14.133/2021, A IN Nº 65/2021 E O TCU</b>	ONLINE	15 e 16/04/2024	ZÊNITE	<a href="#">ACESSE AQUI</a>
<b>MÉTODOS DE SOLUÇÃO ADEQUADA DE CONFLITOS E A LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM</b>	ONLINE	07 A 10/05/2024	FÓRUM	<a href="#">ACESSE AQUI</a>
<b>PREGÃO ELETRÔNICO NA LEI Nº 14.133/2021: RITO PROCEDIMENTAL E OPERAÇÃO CONFORME A INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73/2022</b>	ONLINE	21 a 24/05/2024	FÓRUM	<a href="#">ACESSE AQUI</a>
<b>XXI CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL JURISDIÇÃO E PROCESSO CONSTITUCIONAL – EM HOMENAGEM A NELSON NERY JR</b>	HÍBRIDO	30 a 31/05/2024	Escola Brasileira de Estudos Constitucionais – EBEC	<a href="#">ACESSE AQUI</a>

<b>XIX FÓRUM BRASILEIRO DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA — FBCGP</b>	PRESENCIAL	22 a 24/05/2024	Editora Fórum	<a href="#">ACESSE AQUI</a>
---	------------	--------------------	------------------	---------------------------------

## [Portfólio de capacitações 2024 JML](#)

### SITES COM CURSOS ONLINE GRATUITOS

- **ESCOLA VIRTUAL DO GOVERNO**  
(<https://www.escolavirtual.gov.br/>)
- **ESCOLA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR**  
(<https://www.defesadoconsumidor.gov.br/escolanacional>)
- **CNJ (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA)**  
(<https://www.cnj.jus.br/formacaoecapacitacao/cursos-abertos/>)
- **SENADO**  
(<https://saberes.senado.leg.br/course/index.php?categoryid=134>)
- **FGV ONLINE**  
([https://www5.fgv.br/fgvonline/Cursos/Gratuitos/?goback=.gde\\_1876153\\_member\\_208379733](https://www5.fgv.br/fgvonline/Cursos/Gratuitos/?goback=.gde_1876153_member_208379733))
- **FUNDAÇÃO BRADESCO**  
(<https://www.ev.org.br/cursos>)
- **ESAF – ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA**  
(<https://antigomoodle27.enap.gov.br/course/index.php?categoryid=13>)

\*Para outros eventos e cursos acessar na rede a pasta virtual da ESAP\*

## Expediente:

Responsáveis pelo Boletim: Gabriella Dinelly Rabelo Mareco, Alessandra Maria Mendonça de Oliveira, Carla Blanco Rendeiro e Tássio Guimarães Senger.

## Apoio:

Ana Margarida Vianna, Luciano Júnior Silva da Silva, Ellen Cristina, Camilly Ribeiro, Landara Serrão Mendes, Marcíria de Almeida, Gabrielle Viana Daibes e Carlos Eduardo Ricarte.

**Fechamento desta edição: 31/31/2023**

